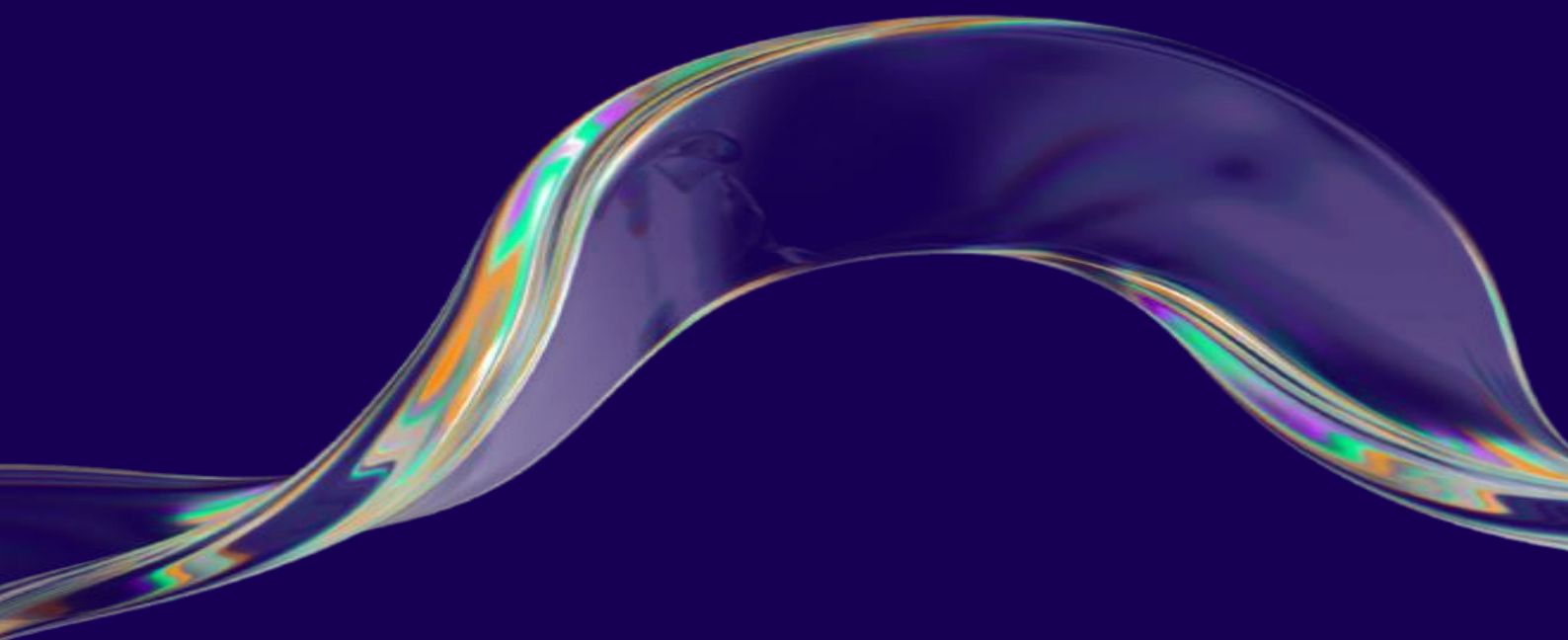


Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.



**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2023 e relatório dos
auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2024

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balço patrimonial	6
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	11
5	Receita	11
6	Custos e despesas	12
7	Resultado financeiro líquido	12
8	Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva.....	13
9	Contas a receber de clientes	14
10	Imobilizado.....	14
11	Intangível	17
12	Financiamentos	17
13	Provisão de ressarcimento	19
14	Obrigaões e de desmobilização de ativos	20
15	Partes relacionadas	22
16	Patrimônio líquido	23
17	Imposto de renda e contribuição social.....	24
18	Instrumentos financeiros e gestão de risco	25
19	Seguros.....	30

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Receita líquida	5	31.640	29.825
Custo com energia elétrica	6	(1.934)	(1.581)
Custo com operação	6	(15.735)	(13.758)
Lucro bruto		13.971	14.486
Despesas operacionais	6		
Gerais e administrativas		(806)	(572)
		(806)	(572)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		13.165	13.914
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		3.739	2.505
Despesas financeiras		(8.524)	(9.454)
		(4.785)	(6.949)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.380	6.965
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	18	(2.317)	(1.823)
Lucro líquido do exercício		6.063	5.142

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	6.063	5.142
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>6.063</u>	<u>5.142</u>

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.380	6.965
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias de financiamentos	12 (c)	7.655	8.006
Depreciação e amortização	6	8.329	8.344
Provisão de ressarcimento	13 (c)	3.500	2.839
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	13 (c)	193	231
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	176	176
Rendimento sobre fundo de liquidez - conta reserva		(645)	(577)
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	15	348	332
Ajuste a valor presente de arrendamentos	7	4	-
Reversão de obrigações socioambientais	15 (b)	-	(331)
		<u>27.939</u>	<u>25.985</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(1.242)	20
Tributos a recuperar		(134)	(2)
Demais créditos e outros ativos		(551)	(124)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		(651)	(42)
Tributos a recolher		(439)	(410)
Partes relacionadas		254	(112)
Demais obrigações e outros passivos		278	172
Caixa proveniente das operações		<u>25.455</u>	<u>25.487</u>
Juros pagos sobre financiamentos	12 (c)	(6.822)	(7.335)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.629)	(1.466)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>17.004</u>	<u>16.686</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate de (aplicação em) sobre conta reserva		1.091	(541)
Aquisição de imobilizado		-	(242)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>1.091</u>	<u>(783)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de financiamentos	12 (c)	(7.833)	(7.753)
Liquidação de arrendamentos		(18)	-
Dividendos pagos	1.1.1 (a)	(1.221)	(1.311)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(9.072)</u>	<u>(9.064)</u>
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa		<u>9.023</u>	<u>6.839</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>20.589</u>	<u>13.750</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u><u>29.612</u></u>	<u><u>20.589</u></u>

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	29.612	20.589
Contas a receber de clientes	9	4.932	3.690
Tributos a recuperar		144	10
Outros ativos		860	309
		<u>35.548</u>	<u>24.598</u>
Não circulante			
Fundo de liquidez - conta reserva	8	5.239	5.685
		<u>5.239</u>	<u>5.685</u>
Imobilizado			
Intangível	10	124.703	132.556
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos	11	4.967	5.154
		97	-
		<u>129.767</u>	<u>137.710</u>
Total do ativo		<u>170.554</u>	<u>167.993</u>
	Nota	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	12	7.975	7.921
Fornecedores		747	1.124
Arrendamentos		54	-
Tributos a recolher		627	378
Partes relacionadas	16	24	-
Provisão de ressarcimento	13	4.911	5.443
Obrigações socioambientais	15	534	534
Dividendos a pagar	16	1.440	1.221
Outros passivos		451	173
		<u>16.763</u>	<u>16.794</u>
Não circulante			
Financiamentos	12	73.052	79.930
Arrendamentos		44	-
Tributos a recolher		848	848
Partes relacionadas	16	230	-
Provisão de ressarcimento	13	7.486	3.261
Obrigações de desmobilização de ativos	15	3.750	3.402
		<u>85.410</u>	<u>87.441</u>
Total do passivo		<u>102.173</u>	<u>104.235</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	17	52.628	52.628
Reservas de lucros		15.753	11.130
Total do patrimônio líquido		<u>68.381</u>	<u>63.758</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>170.554</u>	<u>167.993</u>

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
			Legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2022		52.628	952	6.257	-	59.837
Lucro líquido exercício		-	-	-	5.142	5.142
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	5.142	5.142
Constituição de reserva legal		-	257	-	(257)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		-	-	-	(1.221)	(1.221)
Retenção de lucro		-	-	3.664	(3.664)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		-	257	3.664	(5.142)	(1.221)
Em 31 de dezembro de 2022		52.628	1.209	9.921	-	63.758
Lucro líquido exercício		-	-	-	6.063	6.063
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	6.063	6.063
Destinação do resultado do exercício	17 (c)					
Constituição de reserva legal		-	303	-	(303)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		-	-	-	(1.440)	(1.440)
Retenção de lucros		-	-	4.320	(4.320)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		-	303	4.320	(6.063)	(1.440)
Em 31 de dezembro de 2023		52.628	1.512	14.241	-	68.381

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada com sede em Curral Novo do Piauí, estado do Piauí, que tem por objeto a geração e comercialização da energia produzida pela central geradora eólica denominada EOL Ventos de São Vicente 11, bem como sua exploração e manutenção. A Companhia é produtora independente de energia elétrica, pelo prazo de 35 anos contados a partir de março de 2016.

A Companhia é controlada direta da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Ventos de São Vicente") e indireta da Auren Energia S.A. ("Auren") e possui participação societária preferencial detida pela Citrosuco S/A Agroindústria ("Citrosuco").

A Companhia é produtora independente de energia elétrica, pelo prazo de 35 anos contados a partir de março de 2016 e possui outorga de geração de energia, na cidade de Curral Novo do Piauí, estado do Piauí, através da Portaria MME nº 78/2016, emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME. A Companhia possui capacidade instalada de 29,4 MWh e compõe o complexo eólico Ventos do Piauí I.

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Contratação Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LEN – Leilão de Energia Nova.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Dividendos deliberados e pagos

Em 27 de abril de 2023, a Administração da Companhia deliberou o pagamento de dividendos para sua controladora Ventos de São Vicente e para a Citrosuco, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 21 de julho de 2023, a Companhia pagou dividendos para as suas acionistas Ventos de São Vicente e para acionista preferencial Citrosuco, no montante de R\$ 1.221 e R\$ 1, respectivamente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2023, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (Internacional Financial Reporting Standards (“IFRS”)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRIC”), ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 11 de março de 2024.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

2.4 Operação em conjunto (joint operation) incluída nas demonstrações financeiras

Operação em conjunto (joint operation) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras de forma proporcional à participação da Companhia na controlada em conjunto.

A Companhia possui participação de 14,28% na empresa Consórcio Ventos do Piauí (“Consórcio”), havendo controle em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.; iv) Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.; v) Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A. e vi) Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia em 2023

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia em 2023

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

- (i) CPC 50 – Contratos de seguros – Adoção inicial;
- (ii) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis – Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis;
- (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Prover *guidance* sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis;
- (iv) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

(c) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez no exercício iniciado após 1º de janeiro de 2024, para as quais não se espera efeitos significativos para a Companhia:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 06 - Arrendamento	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
10	Imobilizado
11	Intangível
13	Provisão de ressarcimento
14	Provisão para litígios
15	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Contratos regulados - Leilão: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões.

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2023	2022
Receita bruta			
Venda de energia			
Contratos Regulados - Leilão LEN		30.755	29.073
Provisão de ressarcimento	13	(3.500)	(2.839)
Partes relacionadas	(c)		
Energia de curto prazo - CCEE	16	4.930	4.546
		7	26
		32.192	30.806
Outras receitas			
Venda créditos de carbono - partes relacionadas		708	204
		708	204
		32.900	31.010
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.149)	(1.084)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(111)	(101)
		(1.260)	(1.185)
Receita líquida		31.640	29.825

6 Custos e despesas

				2023	2022
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Energia comprada	(436)	-	-	(436)	(295)
Tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST	(1.498)	-	-	(1.498)	(1.286)
Depreciação e amortização	-	(8.257)	(72)	(8.329)	(8.344)
					-
Materiais	-	(88)	(64)	(152)	(77)
Materiais	-	(88)	(64)	(152)	(77)
Serviços	-	(6.268)	(607)	(6.875)	(4.848)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(5.802)	-	(5.802)	(4.053)
Serviços de terceiros	-	(309)	(267)	(576)	(605)
Serviços de manutenção	-	(157)	(340)	(497)	(190)
Outros	-	(1.122)	(62)	(1.185)	(1.061)
Aluguéis e arrendamentos	-	(515)	(26)	(541)	(500)
Seguros	-	(554)	(2)	(556)	(486)
Impostos, taxas e contribuições	-	(50)	(4)	(54)	(28)
Outros custos e despesas líquidas	-	(3)	(31)	(34)	(47)
	(1.934)	(15.735)	(806)	(18.475)	(15.911)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2023	2022
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre aplicações financeiras		3.686	2.505
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	13 (c)	53	-
		3.739	2.505
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	12 (c)	(6.796)	(7.336)
Atualização monetária sobre financiamentos	12 (c)	(859)	(670)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	13 (c)	(246)	(231)
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	(176)	(176)
Ajuste a valor presente sobre obrigações de desmobilização de ativos	15 (b)	(348)	(332)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		(4)	-
Outras despesas financeiras		(95)	(709)
		(8.524)	(9.454)
		(4.785)	(6.949)

8 Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

	2023	2022
Caixa		
Caixa e bancos	144	805
	144	805
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (i)	22.203	19.527
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	7.265	257
	29.468	19.784
Caixa e equivalentes de caixa	29.612	20.589
Fundo de liquidez - Conta reserva (ii)		
Não circulante	5.239	5.685
	5.239	5.685
	34.851	26.274

Em 31 de dezembro de 2023, os equivalentes de caixa e fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa média de remuneração entre 99,35% e 100,88% do CDI (100,22% e 101,90% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Aquilae. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

(ii) Os contratos de financiamento da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	2023	Rating local 2022
AAA	34.851	26.271
AA	-	3
	34.851	26.274

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizadas por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Pós-vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

(a) Composição

	2023	2022
Contratos Regulados - Leilão LEN	4.300	3.425
Partes relacionadas (Nota 16)	632	265
	<u>4.932</u>	<u>3.690</u>

(b) Vencimentos de contas a receber

	2023	2022
A vencer	4.932	3.690
	<u>4.932</u>	<u>3.690</u>

10 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa N°674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Nota 15).

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Custo de Servidão	Obras em andamento	2023	2022
Saldo no início do exercício										
Custo	159.115	5.513	6.912	1.725	17	310	18	103	173.713	174.733
Depreciação acumulada	(38.127)	(1.078)	(1.204)	(459)	(6)	(280)	(3)	-	(41.157)	(33.002)
Saldo líquido no início do exercício	120.988	4.435	5.708	1.266	11	30	15	103	132.556	141.731
Adições	-	-	-	-	-	-	-	274	274	242
Depreciação	(7.524)	(288)	(239)	(45)	(1)	(30)	-	-	(8.127)	(8.155)
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.257)
Transferências	-	114	-	-	-	-	-	(114)	-	(5)
Saldo no final do exercício	113.464	4.261	5.469	1.221	10	-	15	263	124.703	132.556
Custo	159.115	5.627	6.912	1.725	17	310	18	263	173.987	173.713
Depreciação acumulada	(45.651)	(1.366)	(1.443)	(504)	(7)	(310)	(3)	-	(49.284)	(41.157)
Saldo líquido no final do exercício	113.464	4.261	5.469	1.221	10	-	15	263	124.703	132.556
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	3	6	14	3			

11 Intangível

Política contábil

Direitos de exploração e de recursos naturais

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo do período de autorização.

Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

(a) Composição e movimentação

	Direitos de exploração de recursos naturais		2023	2022
	Softwares			
Saldo no início do exercício				
Custo	26	6.390	6.416	6.411
Depreciação acumulada	(14)	(1.248)	(1.262)	(1.073)
Saldo líquido no início do exercício	<u>12</u>	<u>5.142</u>	<u>5.154</u>	<u>5.338</u>
Depreciação	(5)	(182)	(187)	(189)
Transferências	-	-	-	5
Saldo no final do exercício	<u>7</u>	<u>4.960</u>	<u>4.967</u>	<u>5.154</u>
Custo	26	6.390	6.416	6.416
Depreciação acumulada	(19)	(1.430)	(1.449)	(1.262)
Saldo líquido no final do exercício	<u>7</u>	<u>4.960</u>	<u>4.967</u>	<u>5.154</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20	3		

12 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				2023
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDES	TJLP+2,18%	7.865	(176)	286	7.975	74.722	(1.670)	73.052	81.027	75.488
		<u>7.865</u>	<u>(176)</u>	<u>286</u>	<u>7.975</u>	<u>74.722</u>	<u>(1.670)</u>	<u>73.052</u>	<u>81.027</u>	<u>75.488</u>

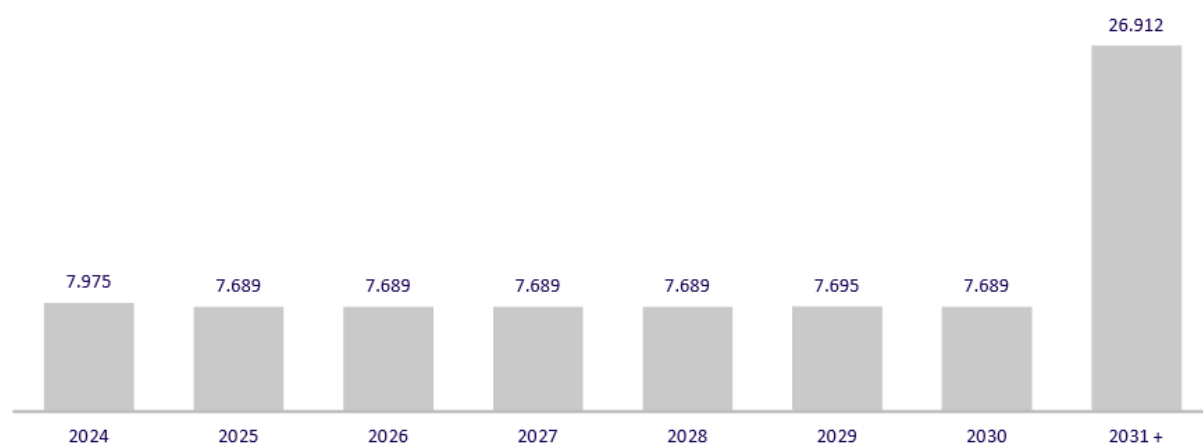
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.**Notas explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

										2022
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	
	TJLP+2,18 %				7.92				79.93	87.85
BNDES		7.788	(176)	309	1	81.775	(1.845)	0	1	74.024
		7.788	(176)	309	7.92	81.775	(1.845)	79.93	87.85	74.024
					1			0	1	

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

(b) Perfil de vencimento**(c) Movimentação**

	2023	2022
Saldo no início do exercício	87.851	94.757
Provisão de juros (Nota 7)	6.796	7.336
Atualização monetária (Nota 7)	859	670
Apropriação dos custos de captações (Nota 7)	176	176
Juros pagos	(6.822)	(7.335)
Liquidações	(7.833)	(7.753)
Saldo no final do exercício	81.027	87.851

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia Votorantim S.A.(i) e Ventos de Santo Estevão Holding S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas (não auditado)Os financiamentos obtidos pela Companhia contêm cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras e não financeiras.

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atualmente, o único *covenant* financeiro existente é o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD), que possui a obrigatoriedade de manutenção desse índice em maior ou igual a 1,2x, apurado a cada encerramento do exercício.

A Administração da Companhia monitora esses índices para que as condições sejam atendidas, sendo que em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer descumprimento dessas condições.

Vide a seguir, quadro com a composição do ICSD em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	6.063	5.142
Imposto de renda e contribuição social	2.316	1.823
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	8.379	6.965
(+) Resultado financeiro, líquido	4.785	6.949
(+) Depreciação e amortização	8.329	8.344
EBITDA Ajustado	21.493	22.258
(-) Imposto de renda e contribuição social	(2.316)	(1.823)
Geração de caixa da atividade [a]	19.177	20.435
Serviço de dívida [b]	(14.655)	(15.088)
(-) Pagamento de juros	(6.822)	(7.335)
(-) Pagamento de principal	(7.833)	(7.753)
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD [a]/[b]	1,31	1,35

13 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita bruta de venda de energia - ACR". A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos LEN: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos LEN: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o

ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação

			2023	2022
	Ressarcimento Anual	Ressarcimento Quadrienal	Total	Total
Saldo no início do exercício	151	8.553	8.704	5.634
Adições (Nota 5)	1.098	2.974	4.072	2.839
Constrained-off (i) (Nota 5)	-	(572)	(572)	-
Atualização monetária (Nota 7)	-	193	193	231
Saldo no final do período	1.249	11.148	12.397	8.704
Circulante	-	4.911	4.911	5.443
Não Circulante	1.249	6.237	7.486	3.261
	1.249	11.148	12.397	8.704

(i) A ANEEL emitiu o Despacho nº 2.303/2019 determinando à CCEE que proceda à suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, referentes ao ano contratual apurado a partir de agosto de 2019, até a decisão final sobre o resultado da instauração da Audiência Pública nº 034/2019 que visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas.

A ANEEL, em 23 de março de 2021, publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a retomada da cobrança dos ressarcimentos. Porém, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, em que informa que está realizando adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e que, concluída essa etapa, apresentaria ao mercado, por meio de comunicado, novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, que divulga o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e estão sendo realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, e que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 não foi concluída.

14 Provisões para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui processos com prognóstico de perda possível.

15 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

(a) Obrigações de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia.

(b) Composição e movimentação das provisões

	Obrigações socioambientais	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	2023	2022
Saldo no início do exercício	534	52.142	(48.740)	3.936	5.192
Remensuração	-	-	-	-	(1.257)
Reversões	-	-	-	-	(331)
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	-	348	348	332
Saldo no final do exercício	<u>534</u>	<u>52.142</u>	<u>(48.392)</u>	<u>4.284</u>	<u>3.936</u>
Circulante	534	-	-	534	534
Não circulante	-	52.142	(48.392)	3.750	3.402
	<u>534</u>	<u>52.142</u>	<u>(48.392)</u>	<u>4.284</u>	<u>3.936</u>

16 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados principalmente, à compra e venda de produtos e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren S.A.

	Ativo		Passivo		Vendas de Energia e outras receitas (Nota 5)		Compras	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes (Nota 9) - Vendas								
Citrosuco S.A. Agroindústria	632	265	-	-	4.818	4.546	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	820	204	-	-
	<u>632</u>	<u>265</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.638</u>	<u>4.750</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores - compras								
Votorantim S.A.	-	-	24	-	-	-	(141)	(130)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	(137)	(155)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(278)</u>	<u>(285)</u>
Dividendos a pagar								
Ventos São Vicente Energias Renováveis S.A.	-	-	1.440	1.221	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.440</u>	<u>1.221</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros débitos (i)								
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	230	-	-	-	(230)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>230</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(230)</u>	<u>-</u>
	<u>632</u>	<u>265</u>	<u>1.694</u>	<u>1.221</u>	<u>5.638</u>	<u>9.500</u>	<u>(786)</u>	<u>(570)</u>

(i) Referem-se a títulos a pagar da tarifa do uso de transmissão.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$ 52.628, dividido em 52.628.000 ações ordinárias e preferenciais, compostos pelos seguintes acionistas:

	Capital social integralizado	Quantidade de ações - em unidades					
		Ordinárias	%	Preferenciais classe A	%	Total	%
Acionistas controladores							
Ventos de São Vicente	44.711	44.711.309	85%	-	-	44.711.309	85%
Citrosuco S.A. Agroindústria	7.917	-	-	7.916.691	15%	7.916.691	15%
	52.628	44.711.309	85%	7.916.691	15%	52.628.000	100%

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2023, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 1.440 (R\$ 1.221 em 31 de dezembro de 2022), reconhecido em dividendos a pagar.

Cálculo

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	6.063	5.142
(-) Reserva legal - 5%	(303)	(257)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	5.760	4.885
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	(1.440)	(1.221)
(=) Saldo de lucros acumulados	4.320	3.664
(-) Retenção de lucros	(4.320)	(3.664)
	-	-

18 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as vendas de crédito de carbono com base na alíquota de presunção de 32% (IRPJ e CSLL) e, para as receitas financeiras, nenhuma alíquota de presunção é aplicada, sendo considerada, portanto, a totalidade delas conforme legislação vigente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 2.406 (R\$ 1.862 em 31 de dezembro de 2022).

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2023					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	32.192	32.192	708	708	3.739	3.739
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	2.575	3.863	227	227	3.739	3.739
Alíquota Nominal dos Tributos Adicional IRPJ	15%	9%	15%	9%	15%	9%
	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	620	348	57	20	935	337

	2022					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta	31.086	31.086	204	204	2.575	2.575
Exclusão ICMS ST - Vendas Incentivadas	(281)	(281)	-	-	-	-
Total Receita Tributável	30.805	30.805	204	204	2.575	2.575
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	2.464	3.697	65	65	2.575	2.575
Alíquota Nominal dos Tributos Adicional IRPJ	15%	9%	15%	9%	15%	9%
	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	592	333	16	6	644	232

(b) Efeito no resultado

	2023	2022
Total do IRPJ e CSLL no resultado	2.317	1.823
% de IRPJ e CSLL Sobre a receita tributável	6,32%	5,43%

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco

19.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia da mensuração pelo valor justo:

Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nível	2023	2022
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 9)		4.932	3.690
Ao valor justo por meio do resultado (i)			
Equivalentes de caixa (Nota 8)	1	29.468	19.784
Fundo de liquidez - Conta reserva (Nota 8)	1	5.239	5.685
		34.707	25.469
		39.639	29.159
Passivos			
Ao custo amortizado			
Financiamentos (Nota 12) (ii)		81.027	87.851
Fornecedores		747	1.124
Partes relacionadas (Nota 16)		254	-
		82.028	88.975

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 12

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

19.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco de não performance dos parques eólicos e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A

qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	13.938	25.963	23.499	51.823	115.223
Fornecedores	747	-	-	-	747
Partes relacionadas	24	230	-	-	254
Arrendamentos	54	44	-	-	98
	14.709	26.193	23.499	51.823	116.224
Em 31 de dezembro de 2022					
Financiamentos (i)	14.397	26.951	24.492	62.631	128.471
Fornecedores	1.124	-	-	-	1.124
	15.521	26.951	24.492	62.631	129.595

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial e das taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

19.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2023, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2023;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Impactos no resultado						
				Cenário I		Cenários II & III				
				Choque nas curvas de 31/12/2023	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros										
CDI 11,65%	Equivalentes de caixa e Fundo de liquidez - conta reserva	34.707	BRL mil	-69 bps	(238)	(1.011)	(2.022)	1.011	2.022	
TJLP 6,53%	Financiamentos (i)	82.873	BRL mil	-2 bps	17	1.353	2.706	(1.353)	(2.706)	

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* *basis points*

20 Seguros

A Companhia mantém em vigor apólices de cobertura de seguros para riscos patrimoniais. Tal apólice possui coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até junho/2024
RCG	RC Operações, Empregador, Poluição Súbita, Danos Morais, entre outras	até fevereiro/2024

O prêmio total pago pela Companhia para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 550 em 31 de dezembro de 2023.